



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0319500-0

COMARCA: Recife

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Imobiliária Guidotti Tavares Ltda

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL SEM DESPACHO INICIAL. PRESCRIÇÃO. DESÍDIA ATRIBUÍDA À FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 2. Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 19.12.2010, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 30.08.2012, fazendo com que a execução ficasse paralisada por quase dois anos. 3. Observou-se, por relevante, que o despacho ordinatório da citação não chegou a ser lançado, sequer virtualmente nos autos, não havendo na hipótese em tela a interrupção do fluxo do prazo prescricional, nos termos da LC 118/2005. 4. De fato, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor. Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ, *na prática*, levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*. 5. No caso, a Fazenda Municipal foi responsável pela demora verificada no período compreendido entre a distribuição e a materialização física dos autos junto à Vara competente, em 30.08.2012, o que ensejou a paralisação da execução por quase dois anos. 6. Assim, decorrido o prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN, em decorrência de desídia imputável à Fazenda Pública, reconheceu-se a prescrição dos créditos em tela. 7. Apelo improvido, em ordem a manter a prescrição decretada em primeiro grau.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0319500-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de ~~maio~~ de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0319500-0

COMARCA: Recife

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Imobiliária Guidotti Tavares Ltda

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo Município do Recife contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Comarca da Capital, que, nos autos da Execução Fiscal nº 0082565-24.2010.8.17.0001, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo à IPTU e Taxa de Limpeza Pública.

Em retrospecto, observo que o feito foi distribuído na forma virtual em 19.12.2010, sem que fosse lançado (de forma virtual) despacho de citação do executado.

Na seqüência, a Secretaria da Vara informou (certidão às fls. 04) que, "*os presentes autos de execução fiscal somente foram materializados e enviados pela Procuradoria Municipal no dia 30/08/2012*".

A Fazenda exequente, em petição protocolada em 23.02.2012, juntada às fls. 05/06, requereu o prosseguimento da Execução Fiscal, tendo em vista que a Executada não havia concluído o parcelamento que lhe fora deferido administrativamente.

O Juízo *a quo*, em despacho proferido em 23.10.2012, tendo em vista a certidão da Secretaria da Vara (fls. 04), determinou fosse intimada a Fazenda exequente para que a mesma se pronunciasse sobre a certidão de fls. 04, "*alegando causas de suspensão e/ou interrupção da prescrição, no prazo de 30(trinta) dias*".

Em resposta, o Município do Recife, em petição datada de 21.02.2013, juntada às fls. 08/17, argumentou, em suma: (i) a execução fiscal foi proposta tempestivamente, "*revelando a Fazenda Pública esforços e diligências na satisfação do crédito*"; (ii) a Exequente deu efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabendo ao Poder Judiciário – dentro de suas possibilidades – o cumprimento do impulso processual; (iii) "*a prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação*" (LC nº 118/2005); (iv) a citação do executado não foi devidamente efetivada por mecanismos inerentes à justiça (Súmula 106, do STJ); requerendo ao final o prosseguimento da execução fiscal, "*até a satisfação plena do débito executado*".

Ato contínuo, no dia 06.03.2013, o magistrado *a quo* extinguiu o feito nos seguintes termos:

Pelo exposto DECLARO PRESCRITOS, os créditos tributários elencados na CDA de fls. 03, com fulcro nos artigos 156, V, e 174, ambos do Código Tributário Nacional, c/c o art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, com a nova redação que lhe deu a Lei Federal 11.280/06, e em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

consequência decreto a extinção da presente ação de execução fiscal, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC.

Sem custas, tendo em vista o disposto no artigo 26 da lei nº 6.830/80. Observe-se a determinação do Caput, do artigo 25 e seu parágrafo único da Lei nº 6.830/80.

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição por força do disposto no § 2º do artigo 475 do CPC.”

Irresignada, a Fazenda exequente interpôs recurso de apelação, em 11.06.2013, (juntado às fls. 22/34), arguindo, em suma, que: (i) *“a inscrição em dívida ativa dos créditos tributários dos exercícios de 2005, 2006 e 2007 foi efetivada em 18 de dezembro de 2008 (...) e a respectiva execução fiscal foi ajuizada em 19 de dezembro de 2005 (...) com pedido expresso de citação do devedor inadimplente”*, não havendo culpa da Fazenda autora, *“que só estaria configurada se a citação não fosse realizada por omissão sua”*; (ii) a Exequente deu efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabendo ao Poder Judiciário – dentro de suas possibilidades – o cumprimento do impulso processual; (iii) através da leitura do Convênio de Cooperação Técnica nº 037/04 – SJ, firmado entre o Município do Recife e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, *“no tocante a citação via postal do Executado, é possível notar que esta ficará a cargo do Poder Judiciário, podendo a Fazenda Pública assumir esta responsabilidade desde que seja requerido pelos Juizes das Varas da Fazenda”*; (iv) *“em sede de execução fiscal (...) o mero despacho tem o condão de interromper a prescrição, independente da imposição do § 4º do art. 219, retroagindo seus efeitos à data da propositura da ação, § 1º, conforme Lei da Execuções Fiscais (6.830/80) e entendimento jurisprudencial”*; (v) *a prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação* (LC nº 118/2005); (vi) a citação do executado não foi devidamente efetivada por mecanismos inerentes à justiça (Súmula 106, do STJ).

Sem contra-razões, em virtude de não haver se completado a relação processual.

É o que importa relatar. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 19 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

SO
6

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0319500-0
COMARCA: Recife
APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)
APELADO: Imobiliária Guidotti Tavares Ltda
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Registre-se, de início, que os créditos tributários, *in casu*, foram constituídos, através de lançamento de ofício, nos anos de 2005, 2006 e 2007 e a ação iniciada virtualmente no ano de 2010.

Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 19.12.2010, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 30.08.2012 (cf. certidão às fls. 04), fazendo com que a execução ficasse paralisada por quase dois anos.

Observe, por relevante, que o despacho ordinatório da citação não chegou a ser lançado, sequer virtualmente nos autos, não havendo na hipótese em tela a interrupção do fluxo do prazo prescricional, nos termos da LC 118/2005.

De fato, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ *na prática* levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*.

No caso, a Fazenda Municipal é responsável pela demora verificada no período compreendido entre a distribuição e a materialização física dos autos junto à Vara competente, em 30.08.2012 (certidão às fls. 04), o que ensejou a paralisação da execução por quase dois anos.

Nesse período, é fora de dúvida a responsabilidade exclusiva da Fazenda para com a demora na tramitação do feito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO


S1
e

Neste cenário, despidiend a informação trazida aos autos à fl. 35, relativa à recusa da Chefe de Secretaria da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital, *“em receber os processos judiciais da Municipalidade, em virtude da inexistência de espaço físico em suas instalações”*, seja por se tratar de situação ocorrida no ano de 2008, portanto, anterior a distribuição dos presentes autos à referida Vara; seja porque tal situação foi objeto de conhecimento e apreciação do Juiz de Direito Gestor do aludido Convênio, que, na ocasião, garantiu ao Procurador Chefe da Procuradoria da Fazenda Municipal (ofício nº 23/2008 – GAB/JUIZ oriundo da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital), sanar tal problema junto à Diretoria do Fórum da Capital e à Presidência do TJPE.

Assim, decorrido o prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN, em decorrência de desídia imputável à Fazenda Pública, é de se reconhecer a prescrição dos créditos em tela.

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo voluntário**, em ordem a manter a prescrição decretada em primeiro grau.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator